



Conversas da Casa Comum

María Fernanda Espinosa e Izabella Teixeira:
“Precisamos de um pacto global entre a sociedade
e a Natureza”

KIMBERLY WHITE

The Planetary Press

Conversas da Casa Comum

María Fernanda Espinosa, presidente da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros do Equador; Izabella Teixeira, co-presidente do Painel Internacional de Recursos do Programa das Nações Unidas para o Ambiente e antiga ministra do Meio Ambiente do Brasil.

Bem-vindos às Conversas da Casa Comum no Caminho para 2022. Hoje juntamos-nos a María Fernanda Espinosa, presidente da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros do Equador, e a Izabella Teixeira, co-presidente do Painel Internacional de Recursos do Programa das Nações Unidas para o Ambiente e antiga ministra do Meio Ambiente do Brasil.

1/ Para chegar até à Conferência “Estocolmo+50” em 2022, a sociedade civil está a organizar o Estocolmo+49, um evento global a realizar em 2021 centrado na construção de um espaço comum e na criação de uma curta declaração comum para desencadear uma mudança de paradigma na atual abordagem às alterações climáticas. Que questões devem estar no centro desta declaração? María Fernanda Espinosa, vamos começar por si.

MARÍA FERNANDA ESPINOSA

Bem, é extremamente oportuno apresentar um compromisso renovado para ter um planeta que sustenta a vida e as sociedades humanas após a declaração do marco histórico na Conferência de Estocolmo, há 49 anos atrás. Penso que é altura de um novo compromisso, não apenas dos governos, mas da sociedade como um todo, para garantir o nosso respeito pela Natureza, pelos seus ciclos de vida, pela sua própria existência. Por outro lado, precisamos de pensar no século XXI o que significava praticamente há 50 anos o direito a um ambiente saudável e viver num ambiente saudável, bem como a ideia da Terra ser um património comum e um bem público global ou bem comum. E para ver também qual é a relação entre política, Natureza e economia. Penso que há a necessidade de um novo compromisso e de um novo pacto entre a sociedade e Natureza. Por isso, esta declaração não pode ser mais oportuna.

2/ Sem dúvida. Agora, Izabella Teixeira, gostaria de lhe colocar a mesma pergunta: que questões devem estar no centro desta declaração?

IZABELLA TEIXEIRA

Precisamos de compreender o direito e a obrigação moral para com um ambiente saudável. Porque estamos a entrar nestes novos desafios, mas, infelizmente, não com as mesmas condições de desenvolvimento em todo o mundo. Há desigualdades, não só sociais, mas também

Conversas da Casa Comum

María Fernanda Espinosa, presidente da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros do Equador; Izabella Teixeira, co-presidente do Painel Internacional de Recursos do Programa das Nações Unidas para o Ambiente e antiga ministra do Meio Ambiente do Brasil.

ambientais. Estamos ansiosos por abordar a futuro de outra maneira, mas mais do que isso, estamos ansiosos por compreender melhor como vamos para o futuro para contar novas histórias com base no futuro, não com base no passado. Precisamos de compreender o que é que um ambiente saudável significa para a Humanidade e quais são os desafios nos próximos anos que precisamos de enfrentar melhor.

Precisamos também de uma nova expressão para o Humanismo em todo o mundo e o que significa a partilha de responsabilidades, não só direitos, mas também obrigações. É por isso que a María mencionou que não só os governos deveriam liderar um novo compromisso, comportamento, entendimento, como devem ter em conta a sociedade civil. E quando se discutem as sociedades precisamos de compreender as necessidades locais, como se pode dar resposta a essas necessidades para alcançarmos benefícios a nível do carbono global. Assim como precisamos de compreender que o impacto global não deve ser visto como um mero conjunto dos impactos transfronteiriços como era no século passado, porque vão para além disso. Isto significa que nós, enquanto sociedades interligadas a nível global, temos uma nova responsabilidade, precisamos de compreender o seu significado e de como as nossas lacunas de desenvolvimento devem ser resolvidas, como devemos desenhar ou redesenhar o futuro. E precisamos ainda de compreender o direito de escolha. Este é o poder que individual e coletivamente temos, como sociedade.

Precisamos de procurar novas alternativas para o crescimento económico, não necessariamente sem limites. É necessário desacoplar os impactos ambientais do crescimento económico. Precisamos de melhorar a gestão dos recursos naturais. Mas precisamos igualmente de compreender os limites do crescimento económico e considerar o desafio que o planeta abre hoje, qual Caixa de Pandora, como se dissesse: "Não consigo gerir dez mil milhões pessoas no planeta sem gerir uma nova forma de abordagem ao crescimento económico e ao desenvolvimento social". O que significa que a desigualdade é uma questão crítica.

Quanto à declaração e ao movimento que a sociedade civil global está a fazer agora, precisamos de ter a certeza de que podemos ter uma democracia e ao mesmo tempo uma nova relação entre a Humanidade e a Natureza. Este é o grande desafio, e precisamos de exercer pressão não só sobre os Estados, mas também sobre nós próprios para exigir mudanças.

3/ O Direito Internacional do ambiente parece não ser capaz de provocar uma mudança sócio-ecológica ao nível e velocidade necessários para abordar as crises convergentes que enfrentamos. Tem permanecido centrado no Estado-Nação, contemplando apenas o Estado para a fonte central da sua legitimidade e autoridade. Intervenientes não estatais, como as ONG e os movimentos da sociedade civil, não desempenham qualquer papel significativo na negociação, aplicação ou revisão de acordos ambientais multilaterais, que ainda parecem ser o pilar do Direito Internacional do ambiente. María Espinosa, qual deve ser o papel da sociedade civil na conceção da declaração?

MARÍA FERNANDA ESPINOSA

Ouvimos repetidamente que precisamos de um rejuvenescimento multilateral, de uma nova arquitetura na governação global, no que criámos há 76 anos atrás, quando a ONU nasceu, porque o tecido social e a geopolítica mudaram muito desde então. A voz da sociedade civil é muito importante, não só porque deveria ter uma palavra a dizer em assuntos globais, mas também porque estamos a passar por uma crise de confiança e legitimidade nas instituições. E a única forma de contrariar isto é garantir que todas as vozes sejam ouvidas e que realmente defendemos aquilo o secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou tantas vezes: um multilateralismo inclusivo e em rede. Isto significa que quando se deve tomar uma decisão sobre o futuro da Humanidade, uma declaração renovada após 50 anos da Conferência de Estocolmo, precisamos também das vozes da academia, das gerações mais jovens, líderes jovens e transformadores, das mulheres, dos povos indígenas, das pessoas com deficiência, do sector privado, do sector filantrópico, para participar não só na discussão, mas também na tomada de decisões. Porque, basicamente, o que estamos a tentar fazer - e a Izabella foi tão clara sobre isso - é dar forma a um novo pacto entre sociedade, economia, política e ambiente. Precisamos realmente de fazer as pazes com a Natureza.

E o que temos feito nos últimos 50 anos depois da Conferência de Estocolmo é absolutamente incompreensível. Quando vemos que um milhão de espécies animais e vegetais estão ameaçadas de extinção, que adotámos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a maioria deles depende de ecossistemas saudáveis, concluímos que não vamos atingir a meta da fome zero até 2030, a saúde para todos e a cobertura sanitária universal até 2030, o objetivo das cidades sustentáveis, etc. Isto para não mencionar o Acordo de Paris sobre o clima. A única forma de o fazermos é através de uma mudança de mentalidade, é uma abordagem da responsabilidade da sociedade como um todo, e, claro, a responsabilidade dos governos é central. Por isso é realmente necessário para a Conferência “Estocolmo+50” uma declaração

Conversas da Casa Comum

María Fernanda Espinosa, presidente da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros do Equador; Izabella Teixeira, co-presidente do Painel Internacional de Recursos do Programa das Nações Unidas para o Ambiente e antiga ministra do Meio Ambiente do Brasil.

política para voltarmos a comprometer-nos com os principais princípios, mas, ao mesmo tempo, para trabalharmos efetivamente numa mudança de paradigma.

Não podemos continuar a fazer o business as usual e esperar resultados diferentes. Estamos a alterar e afetar a biodiversidade. Os nossos objetivos em matéria de alterações climáticas estão completamente fora de alcance se continuarmos no mesmo caminho. Estamos a ver a poluição dos plásticos, a acidificação dos oceanos, o esgotamento da vida subaquática, etc. Assim, todos os indicadores estão errados, o que significa que não podemos continuar a fazer as mesmas coisas. Precisamos, basicamente, de uma mudança fundamental nos nossos padrões de produção e de consumo. Precisamos de um compromisso político renovado. Precisamos de liderança, como Izabella mencionou de forma tão eloquente. E não sou uma apoiante destes líderes messiânicos que vêm e mudam o mundo. Quando eu digo liderança, é liderança partilhada entre todos, é a liderança da sociedade. É uma nova mentalidade na sociedade sobre a necessidade de nos reconciliarmos com a Natureza.

E a Kimberly mencionou a falta de resultados tangíveis da arquitetura do direito internacional do ambiente, o que é verdade. Temos convenções, protocolos para tudo. Alguns dizem que temos mais de 1000 acordos ambientais internacionais, mas olhamos para a Natureza e para o Sistema Terrestre de forma fragmentada. Assim, temos convenções sobre produtos químicos, biodiversidade, clima, florestas, comércio da vida selvagem, etc. Temos uma série de peças, mas não temos um guarda-chuva, algo que abrace e reflita sobre a forma como precisamos de abordar globalmente o Sistema Terrestre, os nossos bens comuns, o nosso património comum. Esta tem de ser a principal transformação desde a Conferência de Estocolmo realizada há quase 50 anos. Temos de nos lembrar dos 26 princípios da Declaração de Estocolmo, especialmente o princípio 21, que fala da soberania dos Estados para decidir sobre os seus recursos naturais. Mas precisamos de reinterpretar a soberania no contexto do nosso património comum e do nosso bem comum.

Como Izabella mencionou muito bem, o que são as alternativas e as soluções para combater a pobreza e a desigualdade, ao mesmo tempo que preservamos o Sistema Terrestre? Não estão de modo algum em desacordo, mas, pelo contrário, reforçam-se mutuamente. E precisamos de dissociar desenvolvimento e luta contra a pobreza da destruição da Natureza e da degradação dos ecossistemas. Quando olhamos para o padrão das emissões de CO₂, vemos onde estão os países com mais emissões e os que mais sofrem com isso, que são principalmente os países do Sul Global e os chamados Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, por exemplo. Assim, há muito para fazer e a voz da sociedade civil é extremamente importante. E estamos todos juntos nisto, mas é claro que os governos devem ser avaliados e são responsáveis, porque os elegemos para representarem os nossos interesses comuns.

Conversas da Casa Comum

María Fernanda Espinosa, presidente da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros do Equador; Izabella Teixeira, co-presidente do Painel Internacional de Recursos do Programa das Nações Unidas para o Ambiente e antiga ministra do Meio Ambiente do Brasil.

4/ Se quisermos sobreviver, é imperativo que nos afastemos do business as usual, porque o que estamos a fazer não é sustentável. Agora, Izabella, pode a sociedade civil ser a componente vital necessária para iniciar e conduzir as mudanças estruturais de que precisamos?

IZABELLA TEIXEIRA

Sim, concordo plenamente com a María quando estávamos a discutir o papel da Declaração Política de Alto Nível e esta nova dinâmica após 50 anos de Estocolmo. Não podemos esquecer que há 50 anos, em 1972, quando se realizou esta conferência, houve decisões das economias em desenvolvimento que orientaram o debate no sentido de as preocupações ambientais serem conjugadas com as preocupações de desenvolvimento. Desde então, temos vindo a trabalhar arduamente tendo em conta esta agenda multilateral.

Hoje existe uma questão estrutural e geopolítica. Isto significa que os Estados e sociedade civil devem compreender os seus papéis e deixar claro que a Declaração é uma nova forma de colocar as nossas vozes nestes novos requisitos de que necessitamos neste século, se quisermos abordar soluções concretas para os problemas que a María destaca muito bem. Mais do que isso, como o secretário-geral da ONU mencionou, existe um tipo de multilateralismo em rede de que necessitamos, com transparência, acesso e soluções.

E é muito importante que consigamos compreender que, por detrás de todo este processo temos a Natureza, mas temos também o desenvolvimento humano como o cerne dos nossos desafios. Precisamos, por isso, de discutir o desenvolvimento humano e de perceber como o sistema de cooperação multilateral inclusivo trará ao desenvolvimento humano um novo destaque, tendo em conta os desafios em todo o mundo. Necessitamos de compreender o impacto, por exemplo, da escassez de recursos naturais e das condições ambientais que exercem pressão sobre as migrações.

Concordo plenamente que a sociedade civil pode ser a componente vital necessária para iniciar e conduzir a mudança estrutural de que precisamos. Mas devemos trazer esperança de tal forma que as pessoas possam não só abordar os sonhos, mas ações concretas que irão responder às necessidades locais a curto prazo. O sistema internacional deve melhorar o seu desempenho. Estamos a aprender isso com a crise da pandemia, mas o mundo está a mudar. Acredito que a sociedade civil tem a responsabilidade de conceber a Declaração e como podemos mobilizar as pessoas para além do Conferência “Estocolmo+50”.

5/ Sobre a crise da pandemia a investigação demonstrou que mais de 70% das doenças infecciosas emergentes são de origem zoonótica, o que mostra como estamos interligados com o ambiente. Porque tudo isto está relacionado com a degradação ambiental, com a invasão humana dos ecossistemas que dá uma oportunidade para as doenças zoonóticas como a Covid-19 entrarem na nossa sociedade.

IZABELLA TEIXEIRA

Sim, concordo plenamente. Precisamos de compreender hoje, no século XXI, o que é a significado de estar interligado. Há duas novas eras que estão a chegar: a climática e a digital. Qual será a cidadania que emergirá de tudo isto? Como iremos expressar as nossas intenções e a nossa responsabilidade? Como iremos partilhar a nossa visão? Na crise da pandemia estamos perante algumas situações que não deveriam existir, como as desigualdades na vacinação. Foi a primeira vez, na minha geração, que enfrentamos em todo o mundo, ao mesmo tempo, os riscos de enfrentar a morte sem alternativas.

Precisamos de compreender melhor o que a Humanidade vai exigir de Natureza. Se as sociedades de todo o mundo quiserem ter uma vida melhor e sentir-se seguras, este novo futuro que se avizinha vai-nos dar algumas tarefas adicionais. Por exemplo, na nova economia verde, na bio-economia - e estamos atualmente a discutir isto no Brasil e nas regiões amazónicas - qual seria o papel dos produtos da floresta para combater a fome, não só no Brasil, mas em todo o mundo? Além disso, como podemos gerir melhor a erradicação da pobreza com esta nova economia florestal que está a chegar, com este novo modelo de negócio, com os novos requisitos no comércio para gerir isto, com as novas exigências dos consumidores em todo o mundo?

6/ Temos visto uma miríade de iniciativas internacionais e compromissos dos governos desde 1972. Apesar dos desenvolvimentos no direito e na governação ambiental e um melhor conhecimento das questões em causa, globalmente falhámos no cumprimento das metas para a biodiversidade estabelecidas em 2010 e, embora tenham sido feitos progressos, estamos também a caminho de falhar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. A Declaração de Estocolmo de 1972 afirma que a proteção e a melhoria do ambiente são um dever de todos os governos. María, podemos concretizar as ações ambiciosas e urgentes necessárias apenas através das iniciativas dos Estados?

Conversas da Casa Comum

María Fernanda Espinosa, presidente da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros do Equador; Izabella Teixeira, co-presidente do Painel Internacional de Recursos do Programa das Nações Unidas para o Ambiente e antiga ministra do Meio Ambiente do Brasil.

MARÍA FERNANDA ESPINOSA

Tem de ser toda a sociedade, o esforço requer co-responsabilidade e liderança. Mas aqui estamos a lidar com algo que vai além dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que é a própria sobrevivência de Humanidade. A segurança humana está em jogo. As doenças zoonóticas são um sintoma. É a Natureza a falar connosco dizendo: "Foram longe demais. Ultrapassaram os Limites do Planeta". A forma de a Natureza falar connosco é basicamente quando temos de enfrentar pandemias da dimensão e múltiplos impactos da Covid-19.

Assim, vejo a pandemia como um sintoma de um sistema disfuncional que ignora realmente os Limites do Planeta, e isto que precisa de ser curado através de um novo contrato social. E quando se fala da Declaração de "Estocolmo+50" ou de uma declaração anterior, a "Estocolmo+49", vinda da sociedade civil, apresentando os princípios do Sistema Terrestre como sendo um património comum ou o direito a um ambiente saudável, etc., é mais do que a própria declaração em si, porque esta pode tornar-se também mais um dos instrumentos do direito internacional que têm um défice de aplicação. Por isso, é muito importante olhar para o processo, para o despertar de uma sociedade global. Temos de utilizar a energia dos jovens, da iniciativa global "Sextas-feiras para o Futuro", dos académicos e cientistas, do sector privado, que também está, pelo menos a maior parte dele, empenhado numa transição ecológica imperativa. Não temos outra opção.

Mencionou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Kimberly. Poderemos alcançar o objetivo da luta contra a pobreza se destruímos Natureza, que é o próprio fundamento da nossa sobrevivência? A resposta é não. Podemos atingir o objetivo de desenvolvimento sustentável da fome zero se continuarmos a destruir os nossos solos e terras e aumentar as terras desmatadas e degradadas? Não podemos. Levamos a sério o Acordo de Paris nos nossos compromissos sobre a mitigação, mas também sobre a adaptação e a construção de resiliência? A resposta é obviamente não, não vamos alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A nossa sobrevivência como espécie está sob ameaça e temos uma enorme responsabilidade. Mesmo quando tomamos as decisões como cidadãos, sobre as nossas escolhas de consumo ou quando elegemos um Presidente da República. Por vezes, elegemos presidentes sem olhar para a planos de transição ecológica porque as coisas não estão realmente a correr bem. Se olharmos para os indicadores climáticos, são realmente assustadores.

Os últimos cinco anos têm sido os mais quentes da história recente, o que significa que estamos muito longe não apenas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas também do Acordo de Paris e das chamadas Contribuições Determinadas Nacionais, que são os compromissos nacionais para reduzir as emissões de CO2 e as emissões relacionadas com o clima. Por isso, quando dizemos que é suficiente obter um compromisso e o Governo assinar uma declaração específica, mesmo que a declaração seja perfeita, maravilhosa, abrangente, exatamente o que queríamos, se não houver apropriação social e co-responsabilidade, vai ser extremamente difícil de concretizar.

7/ Agora, Izabella, dada a sua experiência, quais são os principais desafios para conseguir que os Estados se comprometam a tomar medidas urgentes e imediatas sobre questões ambientais como as alterações climáticas?

IZABELLA TEIXEIRA

É uma excelente questão, mas tem uma resposta simples. As sociedades civis nacionais são os atores-chave para fazer mudar os Estados. É necessário discutir isso com elas, as perspetivas estratégicas que têm considerando os desafios globais que precisamos de enfrentar como as alterações climáticas. E não apenas estas, porque temos três crises ambientais globais: alterações climáticas, perda de biodiversidade e poluição. Se quisermos que os governos mudem, que aceitem ações legítimas sobre questões ambientais, precisamos de pressionar.

Se a sociedade não for capaz de mudar, os Estados irão provavelmente adiar tudo, tal como têm feito nos últimos anos. Discutimos durante mais de 20 anos para conseguir um acordo climático onde todos os países estariam envolvidos. Temos o primeiro entendimento sobre responsabilidades partilhadas considerando as economias desenvolvidas. E quase 20 anos após o Protocolo de Quioto, não somos capazes de abordar as soluções que o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas recomendou. Entrámos no século XXI e obtivemos o entendimento de que as economias em desenvolvimento ou emergentes devem juntar-se às economias desenvolvidas para abordar soluções concretas. Mas precisamos de encontrar uma nova forma de partilhar a nossa perspetiva, considerando as ameaças globais, mas também as nossas necessidades locais e uma forma inovadora de promover o desenvolvimento sustentável.

Se quisermos enfrentar o principal desafio e conseguir o empenho dos Estados, precisamos de fazer com que as sociedades se empenhem. Isto significa que as exigências nacionais e os interesses relacionados com o comércio internacional devem desempenhar um papel inovador, não apenas para exercer pressão, mas também para reconstruir. Como mencionou anteriormente, e também a María deixou claro quando discutimos as doenças zoonóticas, elas são um sintoma. Mas quais são as raízes de tudo isto? Temos de as encontrar na desflorestação, que tem colocado pressão no mundo nos últimos 30 anos, como é o caso da desflorestação na Amazônia. No Brasil a sociedade aprendeu a lidar com isto, mas infelizmente temos líderes que nos colocam de novo em marcha atrás.

As doenças zoonóticas significam ter espécies animais diferentes que se juntam e têm um processo ecológico disruptivo que provavelmente irá expor a Humanidade a novas doenças. Por isso é necessário compreender melhor a relação de causa e efeito. E é preciso deixar claro que isto não é só uma ameaça, mas que devemos prevenir e evitar estas situações, bem como encontrar uma nova forma de promover o desenvolvimento humano e ter uma nova relação entre a Natureza e a Humanidade. As soluções baseadas na Natureza são também muito importantes

Conversas da Casa Comum

María Fernanda Espinosa, presidente da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros do Equador; Izabella Teixeira, co-presidente do Painel Internacional de Recursos do Programa das Nações Unidas para o Ambiente e antiga ministra do Meio Ambiente do Brasil.

para termos uma abordagem política inclusiva. As pessoas precisam de se sentir parte das negociações de uma nova solução com responsabilidades e um processo passo a passo. Construir a confiança não é uma tarefa fácil, mas se não formos capazes de criar confiança com base nas realidades e não nas perspetivas, tudo falhará novamente.

Precisamos de tornar clara a responsabilidade partilhada com o Estado e com os líderes políticos, e para tal só a sociedade civil poderá deixar isso claro, convencendo as pessoas de que esta é uma nova forma não só de enfrentar um desafio global, mas também de melhorar a sua qualidade da vida. Se as pessoas compreenderem, quando discutimos a nível local, que queremos abordar soluções para melhorar a sua qualidade de vida e que são responsáveis por manter este novo ambiente que se avizinha. Por isso, se formos capazes de fazer esta abordagem, de não dialogar, apenas a nível internacional em Nova Iorque, Paris ou mesmo Pequim, mas de ir para as cidades discutir com as pessoas que procuramos, em conjunto, abordar soluções globais com base e considerando as necessidades locais, devemos assegurar que temos uma pressão adicional sobre os governos. E as mudanças políticas que precisam de ser feitas têm de começar agora.

8/ Nos últimos anos temos assistido a uma mudança no debate em torno das alterações climáticas, com um maior enfoque nos direitos humanos e na justiça climática. Em abril, o Tribunal Federal de Justiça Alemão decidiu que a atual a legislação climática limita os direitos da sua juventude, violando a Constituição do país. A decisão do tribunal alemão é largamente considerada como uma vitória para as gerações futuras, ao mesmo tempo que dá um grande impulso a futuros litígios climáticos em todo o mundo. Izabella, à medida que o mundo desenvolve soluções e estratégias para enfrentar a emergência climática, acredita que temos a obrigação de trabalhar para a equidade intergeracional, a fim de salvaguardar as gerações futuras?

IZABELLA TEIXEIRA

Sim, é claro. No Brasil temos um movimento político recente muito interessante que apoio como ex-ministra, um grupo de jovens que tomou a decisão de processar o governo brasileiro pelas mesmas razões. É fascinante, porque é exatamente isto, precisamos de compreender as necessidades locais e que o futuro é hoje. Precisamos de mobilizar as novas gerações, todos os que entendem o que significa um legado intergeracional. Para discutirmos o futuro, temos a necessidade de discutir o presente. É algo muito concreto para a política.

Conversas da Casa Comum

María Fernanda Espinosa, presidente da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros do Equador; Izabella Teixeira, co-presidente do Painel Internacional de Recursos do Programa das Nações Unidas para o Ambiente e antiga ministra do Meio Ambiente do Brasil.

Temos de deixar claro como será melhor em 2050, mas também como será melhor em 2025 e 2026. E que somos parte deste processo que pode mudar a realidade. E termos este processo transformador precisamos de agir no presente. Caso contrário, não conseguimos compreender o que significa o futuro. Não podemos adiar qualquer coisa que signifique soluções para a Humanidade e para a Natureza no presente.

9/ De facto, não temos tempo para esperar, devemos tomar medidas ambiciosas hoje mesmo. Agora, María, como poderia a Declaração de “Estocolmo+50” prevista fazer a diferença sobre esta questão crítica?

MARÍA FERNANDA ESPINOSA

Não posso concordar mais com a Izabella de que a questão de lidar com o futuro começa hoje. A justiça climática intergeracional, por exemplo, ou antes a justiça intergeracional em geral, está no centro não só dos nossos planos futuros, mas também das escolhas políticas e decisões que tomamos hoje. Tenho sido uma grande apoiante e uma defensora dos jovens que participam ativamente nas mesas de decisão. Quando eu era presidente da Assembleia Geral da ONU, não havia uma reunião ou uma conversação global sem ter jovens transformadores à mesa.

E não apenas para cooptar a sua energia, mas pelo contrário sendo participantes ativos, em que é necessário levarmos muito a sério as suas visões do mundo, os seus compromissos, as suas posições, as suas agendas, porque é a única forma de construir um presente e um futuro melhor para todos. Estamos muito habituados a dizer que os jovens são o futuro, mas eles são o presente. Estão ativos, empenhados, bem informados, bem ligados em rede, são participantes ativos nas redes sociais. E têm de fazer parte deste esforço coletivo, desta liderança partilhada e ação concertada em favor da manutenção e sustentação do Sistema Terrestre. E isto tem de ser traduzido na Declaração de “Estocolmo+50”.

Há tantas coisas que continuam a ser relevantes quando se olha para a Declaração de Estocolmo de 1972. Mas há muitas outras questões que têm mudado drasticamente. Há cinquenta anos atrás nem sequer pensávamos na profundidade e no alcance da crise climática e na necessidade urgente não só de mudar os nossos padrões de consumo, mas também investir na mitigação e adaptação, especialmente no mundo em desenvolvimento, e na transferência de tecnologia, etc. Em 1972 nem sequer pensávamos sobre uma espantosa crise de extinção. Ou na revolução tecnológica e de não utilizar as tecnologias para destruir, mas para proteger os ecossistemas e o Sistema Terrestre. Nem sequer pensávamos no aumento das desigualdades e no sintoma de uma disfunção de sociedade como a pandemia da Covid-19.

E sejamos claros, não se trata apenas de compreender a origem de doenças zoonóticas, mas também de olhar para o que aconteceu, para os triliões de dólares de pacotes de recuperação

Conversas da Casa Comum

María Fernanda Espinosa, presidente da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros do Equador; Izabella Teixeira, co-presidente do Painel Internacional de Recursos do Programa das Nações Unidas para o Ambiente e antiga ministra do Meio Ambiente do Brasil.

que estão a ser derramado na economia, especialmente dos países do Norte. Para onde vão os trilhões? Há tantas avaliações e estudos que são muito preocupantes dizendo, por exemplo, que menos de 2 % do que está a ser investido se destina ao crescimento sustentável, à economia verde, ou a uma economia regenerativa da Natureza.

O mesmo quando se olha, por exemplo, para o investimento nas mulheres, nas mulheres das regiões rurais, nos direitos da mulher, na igualdade de género onde, infelizmente, estamos a ver o mesmo de sempre, o velho normal, que nos levou à situação em que nos encontramos agora. Se olharmos para a forma como o mundo se está a comportar no acesso e distribuição de vacinas contra a Covid-19, estamos claramente numa crise de solidariedade, de cooperação, ou seja, o nosso sistema multilateral tem de ser adequado ao fim a que se destina. Penso que todas estas questões críticas devem ser colocadas na mesa de diálogo quando estivermos a redigir a Declaração de “Estocolmo+50”.

Não se trata apenas do ambiente, mas sobre os nossos modelos de desenvolvimento e sobre os nossos sistemas de valores. Trata-se da forma como pensamos sobre o futuro, sobre a nossa segurança coletiva e humana. Trata-se, de certa forma, de viver em harmonia com a Natureza. Temos uma dívida de longa duração para com a integridade da Natureza. E esta Declaração é um pretexto ou uma razão de ser para um novo pacto global entre a Natureza, a economia e a sociedade. E sabemos que o Pacto Global para o Ambiente é um trabalho em progresso, com grandes desafios pela frente, mas para além da Declaração, penso que o Pacto Global para o Ambiente também vai ser uma plataforma de encontros para a ação concertada, para um compromisso renovado com valores básicos de solidariedade, coexistência, e não apenas os direitos dos seres humanos a viver num ambiente saudável, mas também os direitos da existência da Natureza, dos seus ciclos de vida, da integridade dos seus ecossistemas. Sou uma grande defensora disto porque tenho trabalhado diretamente na elaboração da Constituição do Equador, que reconhece direitos a Natureza. E isto é uma mudança de paradigma porque, normalmente, a Natureza é vista como um objeto e não como sujeito de direitos. Mas isto faz parte da mentalidade que precisa de mudança com vozes fortes da sociedade, jovens líderes, mulheres, povos indígenas.

Fim da 1ª Parte